

NECESSIDADES DE CUIDADOS DE SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS TRANSEXUAIS

Resumo: Objetivo: Este estudo buscou identificar as necessidades de cuidado em saúde das pessoas transexuais na Rede de Atenção Psicossocial e saúde. **Método:** Estudo descritivo exploratório, de abordagem qualitativa, pela técnica bola de neve, com entrevistas à oito pessoas transexuais do Distrito Federal e entorno, de março à novembro de 2020, mediante aprovação do Comitê de ética em pesquisa e os resultados submetidos a análise de conteúdo. **Resultados:** Os achados evidenciaram a não identificação com seu sexo biológico ainda na infância; a dificuldades de aceitação pelos familiares e pela sociedade, e conseqüentemente, estigmatização e exclusão social; o processo transexualizador, em geral, ocorre primeiro pela transição social, seguida da hormonal, quanto a cirúrgica para redesignação de sexo, destaca-se a dificuldade de acesso ou inexistência de rede de serviços, e significativamente, ocorre a busca de cuidado nos serviços públicos, mas avaliados negativamente quanto a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e da falta de preparo dos profissionais. **Contribuições para a Enfermagem:** a qualificação dos profissionais de enfermagem e da saúde em geral, sobre questão de gênero é essencial para o acesso e uma atenção integral a saúde, livre de preconceitos nos atendimentos de saúde da população trans. **Considerações Finais:** O cuidado de saúde mental na rede de atenção psicossocial da população trans ainda se faz com barreiras de acesso, assim ressalta-se a necessidade de investimentos na qualificação dos profissionais de saúde, na ampliação de rede específica de saúde e de políticas públicas sociais para as pessoas transexuais.

Descritores: Pessoas transexuais; Acesso aos Serviços de Saúde; Saúde mental.

Eixo 5 - Política, Gestão, Planejamento e Avaliação em Saúde.

Introdução:

As ideias de sexualidade e formas de expressões de gênero na sociedade, de modo geral, desconsideram as diferentes identidades sexuais e de gênero, trazendo conseqüências à comunidade das pessoas trans e tornando-as vulneráveis a situações de discriminação e violência. Ao se determinar gênero como compreensão patológica, pode enfraquecer a trans-autonomia e as decisões sobre o que acham melhor para sua qualidade de vida, causando diversas conseqüências quando se é definido como doença¹.

O avanço da problematização do caráter psicopatológico da transexualidade, percebido como um fator de agravo à saúde, permitiu a construção do Processo Transexualizador do SUS, contemplada na Portaria N° 1.707, de 18 de agosto de 2008,

no Sistema Único de Saúde (SUS), com adoção de estratégias de atenção à saúde para o acesso de pessoas transexuais, destacando a necessidade da despatologização da transexualidade⁹. Essa medida aumentou a perspectiva da atenção à saúde além da visão biomédica e psiquiátrica, de forma a resgatar todos os princípios de integralidade e universalidade do SUS⁷.

É muito importante reconhecer que as pessoas transexuais passam por situações de extrema vulnerabilidade social, trazendo extremos agravos devido às soluções precárias de lidar com o sofrimento e as omissões de ajuda médica dentro da diversidade sexual, que apenas se adequam aos padrões e estereótipos de gênero⁷.

Nesse sentido, essas questões trazem consequências à comunidade trans, tornando-a vulnerável a situações de preconceito, discriminação e violência, e consequentemente, excluídos, invisibilizados e marginalizados socialmente. Essas atitudes estigmatizadas são capazes de criar barreiras a indivíduos transexuais em relação às oportunidades de trabalho, convívio social, crescimento econômico e educacional, gerando assim, consequências a saúde física e emocional⁵.

O site oficial da Secretaria de Saúde do Distrito Federal registra que a única rede de referência para a população transexual no Distrito Federal é o Ambulatório Trans, localizado no Hospital Dia, na 508/509 Sul, criado em 2017, com atendimento ambulatorial e atendimento multidisciplinar: psicólogos, assistente social, endocrinologista, psiquiatra, terapeuta ocupacional e enfermeiros e técnicos de enfermagem.

Devido às dificuldades que transexuais ainda enfrentam atualmente nas relações e contextos sociais, eles são os que mais sentem a escassez de políticas de saúde específicas⁸. Por consequência, é de suma importância estudos de como essa precariedade afeta a vida da pessoa transexual em seus aspectos biopsicossociais, além das barreiras de acesso e dos avanços ou vulnerabilidades que estão submetidos em seu processo de transição.

A discriminação social e a insuficiência de serviços de saúde de referência tem sido obstáculo para a busca de cuidado nos serviços de saúde universais, podendo desenvolver elevada vulnerabilidade para agravos em saúde mental, como a depressão, suicídio e outros transtornos mentais. Desta forma, o objetivo geral deste estudo foi identificar as necessidades de cuidado de saúde que as pessoas transexuais têm no campo da atenção psicossocial em vista de uma melhor organização da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS. Buscou-se ainda, compreender a percepção sobre a experiência

sobre o processo de assunção da identidade transexual, os avanços e desafios encontrados na transexualização e, ainda, sobre a qualidade dos atendimentos prestados pelos profissionais enfermeiros e técnicos em enfermagem e os da saúde em geral da rede de atendimentos dos serviços que compõem a RAPS/ saúde.

Métodos:

Trata-se de estudo descritivo exploratório, de abordagem qualitativa, por permitir alcançar socialmente as experiências subjetivas das pessoas trans sobre o fenômeno da transexualização. O procedimento adotado foi a realização de entrevistas com roteiro semiestruturado adaptado para o formato online devido a pandemia, com 8 participantes, de março à novembro de 2020. Utilizou-se da técnica da bola de neve ou *snowball*, até que chegue no ponto de saturação³. As entrevistas foram individuais e todas foram gravadas e transcritas em seguida para análise de dados submetidas a análise de conteúdo.

Os critérios de inclusão como participantes do estudo foram as pessoas, maiores de 18 anos, que se identificam transexuais, e que fizeram ou não o processo de transição, contemplando as diferentes regiões administrativas do Distrito Federal e a Região Integrada do Entorno (RIDE), que utilizam a rede de serviços de saúde do DF, manifestando a sua anuência após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O estudo trata-se de um recorte do projeto de pesquisa intitulado “Reorganização dos e nos processos de trabalho na Rede de Atenção Psicossocial”, o qual recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (CEP/FS-UnB), sob o parecer nº 2.200.022, em 3 de agosto de 2017, bem como pelo Comitê de Ética em pesquisa da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, sob o parecer nº 2.270.086, em 12 de setembro de 2017. Foram respeitados às recomendações contidas na Resolução MS/CNS 466/2012, do Comitê Nacional de Ética em Pesquisa.

Resultados e Discussões:

Em relação aos dados socioprofissionais, dos oito participantes trans, seis são homens e duas são mulheres. Quanto ao estado civil, sete são solteiros. Cinco cursando o ensino superior, dois fizeram até o ensino médio e um possui o ensino superior completo. A maioria vive nas regiões administrativas do DF e três no Entorno. Sobre trabalho, a

maioria está empregados, com remuneração pouco maior ou abaixo de um salário mínimo. Em relação ao lugar e com quem moram são familiares, conjuges e companheiros e amigos. A maioria não participa em movimento LGBTQI+.

Da experiência no processo de transição, a maioria não se identificou com seu sexo biológico ainda na infância por não se enquadrarem nos padrões definidos, enquanto o restante identificou apenas na adolescência. Sobre a busca da afirmação de gênero, cinco buscaram inicialmente a transição social e os outros foram diretamente na busca da afirmação com a transição hormonal. Além disso, todos os homens relataram já ter iniciado o processo de transição e as mulheres fizeram o processo de transição de forma diferente, sem utilização de hormônios, mas apenas passando a entender o corpo exatamente como é. Os homens não sentem sua transição completa, e as mulheres sentem que está completa. Dos que sentem que não está completa, três relatam que falta a hormonização e a cirurgia, dois sentem falta apenas da cirurgia de mastectomia e um sente que precisa apenas de um rosto mais barbado. Das mulheres, uma não sente falta de nenhuma etapa, e a outra quer apenas fazer procedimentos estéticos.

Em ao processo de transição, a maioria relatou que a aceitação dos familiares é complicada e estão em processo de construção e aceitação, principalmente para serem chamados pelo nome social, diferentemente dos amigos com boa relação e experiências de aceitação.

Segundo Lanz⁶, na sociedade brasileira, desde a infância, o conceito de gênero está intimamente ligado às expectativas sociais que temos que atender baseando-se no sexo genital. Percebemos, com os relatos, que esse conceito enraizado causou diversos conflitos internos nos entrevistados, alguns mais cedo durante a infância, e outros mais tardiamente na adolescência, por não se sentirem dentro desses padrões impostos. Os entrevistados realizaram sua transição de forma diversa, sendo que a maioria ainda tem a necessidade de completá-la de acordo com sua visão do que ainda falta para se sentir completo.

É sabido que assumir-se como uma pessoa transexual para si mesma é a parte mais difícil e desconfortável do processo de transição⁶. Dessa forma, é importante destacar que na transexualidade, há uma questão de identidade a qual a pessoa não se identifica com o gênero que lhe é determinado ao nascer, havendo ou não realização de cirurgia de readequação sexual⁴.

Dentro da sociedade normativa, o gênero é “universal” e imutável, porém o gênero é fluido e mutável, não sendo comandado pela genética ou biologia, mas pelo contexto

social e própria análise do que se é⁶. Os participantes tem percepções diversas sobre o processo de transição, em especial, as mulheres, que relataram terem feito sua transição de forma diferente, ou seja, apenas passando a entender o próprio corpo exatamente como é.

Referente à procura e atendimento dos serviços de saúde, a maioria buscou apenas por serviços públicos. Dentre os relatos sobre serviços de saúde apontam: falta do uso do nome social pelos profissionais de saúde, demora dos atendimentos, falta de informação dos profissionais, o medo de contar para os profissionais sobre assuntos pessoais. Em relação às facilidades destacaram de forma positiva o atendimento mais efetivo no ambulatório do Hospital Universitário de Brasília, que oferece atendimento mais rápido após a triagem e, quase sempre, são tratados como a maioria da população.

Quanto às ações ou palavras preconceituosas durante o atendimento, de modo geral, os participantes relataram situações constrangedoras como falas preconceituosas ou não ter tido boas recepções, principalmente ao não serem chamados pelo nome social, mesmo que tenha sido pedido. Essa situação nos atendimentos às pessoas trans pode causar desrespeito e humilhação pública, e na medida em que produzem sofrimento, podem contribuir para diversos processos de adoecimento a essa população⁹.

A identificação pelo nome social é um direito garantido no SUS desde 2009 pela Carta de Direitos dos Usuários do SUS (Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009 independente do registro civil ou de decisão judicial. O nome social é que determina sua identidade de gênero, sendo contraditório ao nome do seu registro civil, considerado fundamental para ampliação do acesso aos serviços de saúde sem constrangimentos pessoais⁴.

Sobre a qualidade dos atendimentos dos serviços de saúde, significativamente, os participantes, a despeito de relataram ter a participação de diferentes profissionais nos atendimentos de saúde, como médicos, psicólogos e profissionais da enfermagem, eles avaliaram de forma negativa sobre a qualidade dos atendimentos desses profissionais, incluso os dos profissionais de Enfermagem. As justificativas dadas pela má qualidade do atendimento foram o atendimento demorado e inadequado, a falta de preparo e atenção dos profissionais referente às pessoas transexuais. Suas necessidades não são acolhidas e/ou compreendidas.

Por outro lado, quando o atendimento se faz em serviços especializados para a população transexual se faz diferenciada, eles destacam o acolhimento e escuta qualificada. Dessa forma, percebe-se a importância de investimento em formações de

profissionais de saúde para que obtenham mais conhecimento em relação às pessoas transexuais como meio de combate a transfobia, dando mais preparo aos profissionais para que os acolham de melhor forma⁹.

Segundo Mello, et. al.⁸, entre a população LGBT, a população trans é a que tem mais dificuldade para acessar o sistema público devido ao preconceito, entretanto, todos os participantes buscaram pelo serviço público de saúde em algum momento, o que pode ser explicado pela renda, onde maior parte ganha um salário mínimo ou menos que um salário mínimo. Percebemos também com os relatos que a maior parte teve o processo de transição como parte da expectativa da procura de saúde, demonstrando que de alguma forma tentaram buscar informações no SUS.

O despreparo dos profissionais de saúde traz por consequência a falta de entendimento completo da equipe quanto às necessidades da população transexual, e reforçam a cultura de conceitos de gênero associados à normatividade e ao modelo biológico, criando estereótipos, confirmando o desconhecimento sobre o tema e a falta de cursos ou preparos na área da saúde para o entendimento das diversidades sexuais e de gênero². Nessa direção, cabe reafirmar a importância de processo de qualificação dos profissionais de Enfermagem e da saúde em geral sobre a questão de gênero, para que assim se tenha um cuidado orientado pelo princípio da equidade do SUS, contribuindo para romper e transformar preconceitos.

Para os avanços, dificuldades e mudanças que precisam acontecer nas relações nos contextos sociais e de saúde para melhor qualidade de saúde e inclusão social, ressaltaram como avanços, o aumento do conhecimento das pessoas e a melhor informação e ciência sobre a existência de pessoas transexuais, além também do aumento da inserção de pessoas trans no meio social, de forma enfática trouxeram, a importância da existência de serviços de saúde para o atendimento específico à população transexual.

Quanto às dificuldades, os participantes apontaram a necessidade do aumento de projetos e atendimentos específicos para as pessoas transexuais, além da necessidade de aumento e exigência de acesso pelas pessoas transexuais e para as pessoas transexuais; a necessidade de investimento na qualificação dos profissionais de saúde, em âmbito hospitalar e outros pontos da rede de atenção a saúde, que os profissionais nesses locais respeitem o nome social nos atendimentos e nos receituários médicos. Nas questões das relações sociais na sociedade, reivindicam investimento na educação e consciência da população em geral sobre a diversidade de gênero e da transexualização, para maior

respeito ao princípio da dignidade humana. para que a pessoa trans seja reconhecida como deve ser.

Contribuições para à Enfermagem:

Este estudo revela que o atendimento em equipe multiprofissional e interprofissional se faz essencial para assegurar o cuidado ampliado e integral em saúde para enfrentamento dos desafios para as necessidades de saúde apontadas pelas pessoas trans. Considerando a importante atuação e inserção dos profissionais de enfermagem em diferentes pontos de atenção de atenção a saúde, cabe ressaltar que a busca de processos de qualificação pode ser um diferencial para um cuidado transformador, além da ampliação dos direitos e do acesso da população trans à uma saúde integral, de atuação competente, empática, solidária e parceira na defesa do SUS.

Considerações Finais

Este estudo evidenciou que o fenômeno da identificação de gênero e o processo transexualizador nas percepções das pessoas trans investigadas, houve avanços históricos nos aspectos normativos e legais para além de ser considerado como uma doença. Todavia, as pessoas trans ainda enfrentam desafios, dificuldades nas relações sociais e familiares com experiências de preconceitos e estigmas e de exclusão social e barreiras de acesso na rede pública de saúde em geral e, em específico, na atenção psicossocial e na rede especializada para a população trans, que apresenta restrição para efetivação de procedimentos cirúrgicos para redesignação de sexo que desejam a transição completa.

A discriminação social e a insuficiência de serviços de saúde de referência enfrentada pela população trans se tornam barreiras para a busca de cuidado nos serviços de saúde universais, podendo desenvolver elevada vulnerabilidade para agravos em saúde mental e ou outros agravos.

Para o cuidado efetivo e integral a saúde, é importante destacar a importância de investimento em formações de profissionais de enfermagem e da saúde em geral, para que obtenham mais conhecimento em relação às pessoas transexuais e de transformações de paradigmas pautados na heteronormatividade e biológicos acerca de gênero, prezando pela saúde mental das pessoas trans evitando constrangimentos dentro dos serviços ou o medo de ir buscar ajuda.

Assim, considera-se de suma importância a responsabilização compartilhada do Estado, com a participação da sociedade, para avanços na formulação de políticas

públicas e sociais que assegurem o cuidado integral, público e estratégias de proteção para as liberdades individuais e inclusão social.

Referências Bibliográficas:

1. ÀRAN, Marcia *et al.* Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, p. 1141-1149, 2008.
2. BENTO B. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond; 2006.
3. BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (Bola de Neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. X Congresso Nacional de Educação, Curitiba, p. 329-341, 2011.
4. BRASIL, Ministério da Saúde. Atenção integral à saúde da população trans – Conteúdo para profissionais de saúde/Trabalhadores do SUS. Brasília, 2016.
5. CAMPELLO, Richarde Rodrigues; PERES, Edna de Melo. Análise do Atendimento Humanizado no SUS aos Pacientes Transexuais. **Revista Científica do Instituto Ideia**, Rio de Janeiro, ano 7, ed. 1, p. 83-96, 2018.
6. LANZ, Letícia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
7. LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physys Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, p. 43-63, 2009
8. MELLO, Luiz *et al.* Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil:: em busca de universalidade, integralidade e

equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, p. 7-28, 2011.

9. ROCON, Pablo Cardozo et al. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 23, e 180633, 2019.